

NATO'S OPERATIONAL MENTOR AND LIAISON TEAM: **CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DO AFGANISTÃO**

NUNO CORREIA BARRENTO DE LEMOS PIRES

Quando se fala de contra-subversão, ou de contra-insurgência (*counter-insurgency*) há conceitos chave que todos reconhecemos, um deles, relaciona-se com o papel fundamental desenvolvido pelas forças armadas e de segurança do país afectado. Se o país vive num clima de insurgência então podemos concluir que as próprias forças de segurança e defesa não estão capazes de, por si só, resolverem o problema. É necessária ajuda a todos os níveis e particularmente no apoio às forças de segurança e defesa.

P1

PORTUGAL E AS MISSÕES MILITARES INTERNACIONAIS

GABRIEL AUGUSTO ESPÍRITO SANTO

Tendo em conta uma grande diversidade de factos recentes relacionados com a actuação da força militar organizada em missões de paz e as questões que se estão a levantar no seio das decisões políticas e das opiniões públicas, parece-me oportuno e coerente deixar uma reflexão sobre a utilização das Forças Armadas em missões de reconstrução de sociedades e as crescentes e diferentes dúvidas sobre essa utilização.

P9



NATO'S OPERATIONAL MENTOR AND LIAISON TEAM: CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DO AFGANISTÃO

NUNO CORREIA BARRENTO DE LEMOS PIRES

Tenente-Coronel de Infantaria, docente de História e Relações Internacionais na Academia Militar e doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais no ISCTE.

Participou em missões em Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão, esta última como Chefe de Estado Maior da *Operational Mentor and Liaison Team* da *Kabul Capital Division*.

Quando se fala de contra-subversão, ou de contra-insurgência (*counter-insurgency*) há conceitos chave que todos reconhecemos, um deles relaciona-se com o papel fundamental desenvolvido pelas forças armadas e de segurança do país afectado. Se o país vive num clima de insurgência então podemos concluir que as próprias forças de segurança e defesa não estão capazes de, por si só, resolverem o problema. É necessária ajuda a todos os níveis e particularmente no apoio às forças de segurança e defesa. São por isso fundamentais as denominadas equipas de assessoria e mentoria, e no caso específico do Afeganistão, este papel é desenvolvido pelas *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT). Estas, são parte fundamental da estratégia da NATO para o Afeganistão, mas são também parte fundamental de qualquer estratégia de futuro no novo ambiente operacional em que vivemos. Portugal encontra-se no centro das novas doutrinas e práticas através da sua presença em duas OMLT no Afeganistão, uma de Guarnição no 201º Corpo e outra Operacional, na única Divisão do Exército do Afeganistão, a *111 Kabul Capital Division* (KCD). Vamos descrever o que foram os seis meses da OMLT KCD 01/02, de Setembro de 2009 a Abril de 2010, o processo de aprontamento e a relevância do papel das OMLT para o êxito da missão da *International Security Assistance Force* (ISAF). A preparação e levantamento duma equipa de

mentoria deverá ser um processo cuidadoso, exaustivo e muito exigente. Primeiro, há que garantir que a escolha de cada elemento seja adequada ao cargo que irá ocupar. Veremos mais à frente a enorme influência que cada militar da OMLT tem para o sucesso/fracasso desta missão. Como tal, o primeiro passo, seleccionar “o homem certo para o lugar certo” foi dos mais importantes. Para o teatro de operações mais exigente onde se encontram as forças da NATO, o Afeganistão, são necessários militares bem preparados tecnicamente, proficientes na língua inglesa, com conhecimentos específicos sobre a área que vão mentorar, boa preparação física, médica e psicológica, dotados de um grande espírito de trabalho e camaradagem, uma preparação muito cuidada do ponto de vista do combatente e, acima de tudo, são fundamentais militares que demonstrem disponibilidade para correr riscos numa missão difícil e exigente. Depois da equipa reunida foi fundamental um programa de aprontamento - termo militar que significa a preparação em treino e equipamento que uma força faz antes de entrar no território onde desempenhará a missão e que inclui cursos/estágios, treinos, exercícios e inúmeras tarefas administrativas, passaportes, vacinas, uniformes, equipamentos, seguros, procedimentos, análise da legislação em vigor, etc., permitindo que uma força fique “pronta” para o início da missão - adequado à missão e

Portugal encontra-se no centro das novas doutrinas e práticas através da sua presença em duas OMLT no Afeganistão,

às especificidades dos militares que o compõem: não pode ser uma cópia do anterior, tem de ser construído em face da unidade afegã que se vai mentorar, da época do ano, do estado da ameaça local e das habilitações específicas de cada um.

Realizou-se então um plano de formação e treino, desde a fase de nivelamento, individual e colectivo com um natural destaque para a técnica individual de combate e tiro. O plano de formação contemplou instrução nas seguintes áreas: transmissões na vertente de operador do rádio 525, inibidores de frequência (*jammers*), curso de suporte básico de vida (SBV) certificado pelo INEM, adaptação às viaturas existentes em TO (Teatro de Operações) com condução defensiva, orientação básica, digital cartográfica e por GPS, instrução com o armamento existente em TO e armamento do ANA (*Afghan National Army*).

Relevantes foram também as várias conferências proporcionadas por militares que tinham estado no Afeganistão em missões anteriores: para se evoluir é necessário aprender com as experiências anteriores *lessons learned*, tema que o Exército Português tem dado uma grande importância através da recolha sistemática das experiências vividas pelos nossos militares nas variadíssimas missões por este Mundo fora.

Um outro passo fundamental foi o reconhecimento efectuado por parte do

comando da OMLT - Comandante e Chefe de Estado-Maior - ao Afeganistão para determinar e corrigir o processo de aprontamento. O reconhecimento a Cabul decorreu em Julho de 2009, cerca de dois meses e meio antes do assumir da missão. Por mais informação recebida nada se compara ao choque da realidade. Desde os problemas das viagens, alojamentos, segurança, fardas e equipamentos até ao sentir dos ambientes e envolvências. Tudo muda depois do reconhecimento. As primeiras impressões marcam muito e não se esquecem esses primeiros dias. O cheiro nauseabundo - estava-se no pico do Verão -, o calor, a poeira, a poluição, a sujidade em todo o lado, os primeiros encontros com os militares afegãos, as operações militares que desenvolviam e os enormes problemas logísticos. Havia tanto a fazer e o tempo para início da missão pareceu então demasiado curto.

Mas com método "lá se meteu mãos à obra" e, além do obrigatório relatório sobre o reconhecimento, foi feito um estudo profundo para apurar e descriminar entre as tarefas fundamentais, as tarefas importantes e as restantes. Num cenário de guerra como este, tudo o que estava ligado à protecção da força recebeu natural prioridade. E tópico a tópico foi-se "atacando" todos os problemas e introduzidas imediatamente alterações ao processo de aprontamento.

O que nunca se pode, nestas ocasiões, é

desanimar pela lentidão e complexidade na resolução dos problemas ou, por outro lado, exagerar informação, não partilhar, não dizer tudo, etc. O princípio seguido foi sempre o de "máxima transparência, informação detalhada" e sempre, a "opinião do comando da OMLT" assim, quem tinha de decidir, podia fazê-lo com segurança.

Em Julho de 2009 ainda se estava longe de imaginar tudo o que se iria passar no desenrolar da missão. Nesse momento as preocupações eram tantas que ainda não se sentia bem o que seria o trabalho de mentoria, apenas se ficou com a nítida noção que seria uma tarefa complexa, muito exigente e vivida em ambiente difícil.

O treino de aprontamento culminou com um exercício em território nacional, mais concretamente em Vila Real no Regimento de Infantaria N.º13, denominado "Kabul 09" onde foi possível juntar todas as forças que estariam no Afeganistão, tendo sido realizados treinos conjuntos com a OMLT de Guarnição e o Módulo de Apoio, e mais em detalhe com a Force Protection - 20 elementos comandos e 20 elementos fuzileiros. Durante este exercício a OMLT KCD foi submetida a uma avaliação externa, denominada de CREVAL (Avaliação de Prontidão para o Combate), por parte da Inspeção-Geral do Exército para assim se poder aferir as verdadeiras capacidades e limitações de cada unidade a ser projectada.

O Afeganistão representa um desafio à comunidade internacional ainda que não apenas pelos seus problemas de segurança

Enquanto decorria o treino, inúmeras tarefas de carácter administrativo logísticas tiveram que ser realizadas. Todos os militares da OMLT KCD foram submetidos a uma avaliação sanitária e respectiva vacinação, rastreio de estomatologia, avaliação psicológica e avaliação linguística. No dia 13 de Setembro de 2009 durante as celebrações do dia festivo da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), na cidade de Sintra, foi feita a entrega do Estandarte Nacional que ficaria à guarda da OMLT KCD 01/02. À medida que se aproximava a data de partida, o estudo e atenção dos militares da OMLT viraram-se cada vez mais para o estudo da realidade da guerra no Afeganistão.

O Afeganistão representa um desafio à comunidade internacional ainda que não apenas pelos seus problemas de segurança. É um dos países mais pobres do mundo e que se encontra há mais de 30 anos em guerra, com 70 % de analfabetos, problemas de tribalismo, a não reconhecida autoridade do Estado, mais de 40% de desempregados, mais de 50% dos habitantes a viverem abaixo do limiar da pobreza, elevadíssima mortalidade infantil (230/1000), só 12 % da enorme extensão territorial afegã é cultivável - mais de 5.000 km de fronteira terrestre com seis países - e claro, 55% do PIB depende da droga que, no caso do ópio, representa 92% da produção mundial. O Pachtun é o maior grupo étnico do país representando cerca de 42% da população, com 27% de Tadjiques, 9% de Hazaras, 9% de Uzbeques, 4% de Aimak, 3% de Turcomanos, 2% de Balúchis e 4% formam o restante da população. Cerca de 99% do povo afegão são muçulmanos - 80% sunitas e 19% xiitas - e o 1% restante encontra-se dividido por outras religiões.

Não é intenção deste texto fazer uma descrição do Afeganistão mas, ao relembrares estes dados de conhecimento geral queremos levar o leitor até à Divisão que se esteve a mentorar e que representa em si mesmo um pouco de todo este universo. Os cidadãos militares são originários das múltiplas etnias afegãs e trazem para dentro da instituição uma parte dos problemas sociais descritos. Naturalmente, como antes de ser militares são cidadãos, vivem da mesma forma a sua religião. É por isso fundamental tentar entender o Afeganistão para melhor trabalhar com a *Kabul Capital Division* e, como em qualquer estudo de Estado-Maior apropriado, a primeira fase é o estudo da ameaça. Há várias motivações que levam à existência de uma ameaça permanente em Cabul. Questões económicas, territoriais e religiosas são materializadas pelos - para além dos conhecidos talibãs - Haqqani e Hizb-i Islami-Gulbuddin (HiG) senhores da guerra, da droga e extremistas religiosos. Infelizmente a instabilidade e a insegurança não tem deixado de subir nos últimos tempos. Os ataques aumentaram 88% desde 2005 e, no Verão de 2009, registaram-se dez vezes mais ataques que em igual período de 2005. O ano de 2010 começou ainda pior. A OMLT KCD sabia que iria partir para um ambiente de guerra e em acelerado aumento do risco. De seguida descreve-se brevemente a unidade mentorada pela OMLT. A Divisão de Cabul (111 KCD) é a unidade militar responsável pela segurança na província de Cabul. A sua actuação dentro da cidade desenvolve-se em reforço e coordenação com a Polícia (*ANP - Afghan National Police*) e os Serviços de Segurança (*NDS - National Defense Service*), ao passo que, na restante província é a principal responsável pela segurança, com o

apoio da ANP, NDS e, quando necessário, da própria ISAF. As principais tarefas da Divisão são a reacção a incidentes, limpeza de itinerários, patrulhamento constante e assegurar em permanência uma *Quick Reaction Force* (QRF) de nível companhia. A 111 KCD está organizada em duas Brigadas com sete Batalhões (*Kandaks*) operacionais e as respectivas unidades de apoio de combate, apoio de serviços e serviços de guarnição - actualmente apenas está activado parcialmente um QG de uma das Brigadas e três *Kandaks*, em breve serão quatro, a desempenhar missões operacionais. A 111 KCD pretende ser uma unidade exemplar no Exército Afegão (ANA), com elevados níveis de operacionalidade, prontidão, e com capacidade para poder garantir, num futuro próximo, um ambiente calmo e seguro na região de Cabul.

A missão da ISAF é clara¹: apoiar o governo do Afeganistão para obter um clima de paz e desenvolvimento com um total empenhamento das forças de segurança e defesa nacionais. Ou seja, o futuro do Afeganistão depende da eficácia e autonomia das forças de segurança e defesa para a condução de operações. O sucesso da missão da ISAF também depende do mesmo. No momento em que estas forças não necessitarem mais do apoio da NATO, estarão então criadas as condições para o sucesso - atinge-se o desejado *end-state*. Quem tem a missão de criar estas condições são as OMLT-NATO e as *Embedded Training Team* (ETT) dos EUA.

A missão da OMLT KCD 01/02 foi de integrar a estrutura da ISAF para mentorar, acompanhar e apoiar o Quartel-General (QG) da KCD na sua actividade diária, incluindo a operacional, estando preparados para viver e, se necessário, combater, lado a lado com a unidade mentorada.



A equipa era composta por 17 graduados distribuídos pelas tradicionais áreas de Estado-Maior: G1 (Pessoal),² G2 (Informações), G3 (Operações), G4 (Logística), G5 (Planos), G6 (Transmissões), G7 (Engenharia), Médico, Sargento-Mor, Chefe de Estado-Maior e Comandante.

A OMLT KCD foi projectada para o Teatro de Operações (TO) do Afeganistão em Setembro de 2009 e assumiu funções após a TOA (*Transfer of Authority*) que decorreu no dia 12 de Outubro de 2009, numa cerimónia realizada em Camp Warehouse, Cabul. A Força estava instalada em KAIA (*Kabul International Airport*) SUL e mais tarde em KAIA NORTE, obrigando a um deslocamento diário para a zona da Divisão com o apoio de elementos da *Force Protection* (FP). Face à tipologia de ameaças neste TO, foi necessária a adopção permanente de medidas de segurança que passaram pela constante revisão e treino das Técnicas, Táticas e Procedimentos, assim como a constante preocupação de não criar rotinas. Para a missão foram estabelecidos conceitos de mentoria e objectivos/metast a atingir.

Decorridos os contactos iniciais com a unidade Afegã, foram identificadas áreas que foram incluídas no âmbito da assessoria a prestar pela OMLT e desenvolvidos conceitos e objectivos de trabalho. Destacam-se os mais importantes:

- Alargamento das áreas de mentoria para repartições chave no funcionamento da Divisão: Repartição Cultural e Religiosa, Informação Pública, Repartição Jurídica, treino, apoio de fogos, etc.;
- Adoptar os princípios de “fazer-fazendo”, onde

todas as actividades eram feitas com os mentorados, de acordo com as suas ideias, com os seus conceitos, no seu próprio ritmo de trabalho;

- O conceito de *One Team* - juntar todos os aliados que trabalhavam na Divisão e, debaixo da liderança da OMLT, coordenar todas as actividades de assessoria e mentoria; para tal realizava-se uma reunião semanal (*Huddle*) onde se partilhava informação, distribuíam tarefas, e estabeleciam-se prioridades - onde neste tipo de missões, é fundamental um trabalho sempre a uma só voz;
- O princípio de projecto de longo prazo, os objectivos estabelecidos não terminavam na rotação da OMLT KCD 01/02, seria um projecto de continuidade para ser seguido pelas equipas que rendessem;
- Adoptar o modo afegão de fazer, viver e trabalhar - respeitar a cultura, religião, as tradições, a experiência de cada um em guerras anteriores, etc.;
- Estar pronto a partilhar riscos e responsabilidades - num ambiente de elevada ameaça e com uma actividade operacional muito intensa, em média estavam empenhados 370 soldados diariamente, em operações na província de Cabul - os militares da OMLT sempre estiveram onde os respectivos mentorados tinham de estar incluindo, naturalmente, a linha da frente do combate.

Uma das tarefas fundamentais da OMLT KCD foi o apoio operacional, ou seja, ajudar no planeamento e execução de operações. Com base no desempenho operacional fazem-se

depois, em nome da NATO, a avaliação da unidade traduzida em *Capability³ Milestone* (CM) que vão de 4 a 1. Quando a unidade se encontrar a mais de seis meses em CM1, a OMLT pode ser reduzida no seu efectivo para uma E-OMLT, menos de metade dos efectivos da OMLT para, de uma forma mais discreta, continuar a assegurar a mentoria e fazer a importante ligação entre a ISAF e a Divisão. O trabalho de mentoria foi amplamente acompanhado, tanto pela ISAF como pelas nossas autoridades nacionais. Dentro da ISAF, foram elaborados relatórios periódicos sobre a evolução da Divisão e os principais problemas detectados. De igual modo para Portugal, nomeadamente para o Estado-Maior General das Forças Armadas e os três ramos (Exército, Marinha e Força Aérea), além dos referidos relatórios de situação foram também realizados, sempre que algo ocorria, os nossos conhecidos INTSUM, INCREP, SITREP, siglas militares que identificam relatórios imediatos de incidentes, de informações, etc., prontos para *briefings*. No fundo, para haver bom planeamento e uma eficaz condução das operações, requerem-se boa coordenação e máxima transparência nas actividades realizadas e a OMLT KCD fez questão de manter permanentemente toda a hierarquia, internacional e nacional, bem informada. Entre outras actividades, junto ao Estado-Maior iniciou-se a produção - sempre em conjunto com os mentorados - de Normas de Execução Permanente (NEP), implementação de rotinas de Estado-Maior com reuniões periódicas, criação de grupos de trabalho, funcionamento efectivo de um centro de operações e incrementação de

Além destas operações mais significativas a OMLT teve um papel relevante de apoio à Divisão no planeamento e coordenação do Plano Conjunto de Segurança de Cabul (*OMAID Plan*)

um planeamento paralelo entre a Divisão, o escalão superior e os escalões subordinados. Para além destas actividades de âmbito geral e transversal houve igualmente um forte empenhamento no desenvolvimento de cursos de suporte básico de vida e na recuperação de infra-estruturas fundamentais, como sejam, a clínica médica que nem dispunha de água ou electricidade, o refeitório onde se cozinhava a lenha, as casas de banho, um novo posto de abastecimento de combustíveis, etc. Claro que não foram esquecidas as necessidades básicas dos soldados e, como tal, foi constante o trabalho para obter uniformes de inverno, cobertores, botas, aquecedores, etc.

A OMLT KCD 01/02 empenhou-se decisivamente em apoiar a 111 KCD no planeamento e execução das várias operações em que a Divisão participou, das quais se destacaram as seguintes:

- Operação de cerco e busca no Distrito de Paghman que envolveu todas as Sub- Unidades da Divisão, os Serviços de Informações e Segurança (NDS) Afegãos, a Polícia de Cabul (KCP) e o *Regional Command-Capital* (RC-C). Esta operação exigiu um elevado nível de coordenação e dela resultou a apreensão de armamento e material diverso que, possivelmente, seria usado em futuros ataques dos insurgentes;
- Operação de reconhecimento aos Postos de Controlo Permanentes, que correspondem às portas de entrada em Cabul e que permitiu à OMLT KCD 01/02 identificar as vulnerabilidades logísticas e operacionais destes postos de controlo, com o apoio e elaboração de uma proposta para as solucionar;
- Operações de segurança para as eleições

presidenciais, na tomada de posse do Presidente e para a nomeação dos membros do Governo, que envolveram todas as Sub- Unidades da Divisão, tendo esta unidade afegã a responsabilidade de garantir a segurança externa da cidade de Cabul e de garantir uma QRF para intervir dentro ou fora da cidade;

- A operação de cerco e busca no Distrito de Musahi, que empenhou 250 militares do primeiro *Kandak* para garantir a segurança externa, uma QRF do segundo *Kandak*, a Polícia de Cabul e elementos dos Serviços de Segurança para a execução das buscas. Nas duas operações de cerco e busca, nas áreas de maior risco na Província de Cabul, a OMLT articulou-se em posto de comando avançado, principal e recuado;
- Apoio no planeamento de inúmeras operações intel leaded que levaram à descoberta de muito armamento, explosivos, uniformes e à captura de insurgentes.

Além destas operações mais significativas a OMLT teve um papel relevante de apoio à Divisão no planeamento e coordenação do Plano Conjunto de Segurança de Cabul (*OMAID Plan*), no qual a Divisão assume uma posição central na coordenação e execução do mesmo, com ajuda na coordenação semanal das patrulhas

conjuntas entre militares da ISAF e da KCD, treino e instrução das sub-unidades da KCD, processo de aquisição de Informações para toda a divisão e a coordenação permanente com a ANP, NDS, ISAF e ONU.

Foram realizadas sete operações humanitárias, em que quatro ocorreram em campos de refugiados, uma numa escola mais tarde a OMLT conseguiu a aprovação para a construção de uma escola nova para 2.300 alunos, uma num bairro degradado e uma operação em acção contínua de acompanhamento de apoio a feridos e familiares de militares falecidos em operações da KCD. Os graduados da OMLT acompanharam todas as operações mas observando sempre o princípio de que a visibilidade devia ser dada aos militares afegãos e não aos militares portugueses ou à ISAF, pelo que a nossa postura foi sempre discreta. Participação activa na elaboração e execução de inúmeros projectos dentro da Divisão - com verbas da ISAF que excederam um milhão de dólares - e com o apoio directo de Portugal, dedicando-se uma grande parte do esforço ao levantamento de um centro de operações na Divisão (*TOC-Tactical Operational Centre*) que é hoje o centro, o coração e o cérebro da KCD. Não foi só um apoio material em equipamentos e infra-estruturas mas foi, fundamentalmente, um apoio em procedimentos, práticas e rotinas que levaram a um crescimento operacional e significativo da KCD. O projecto iniciou-se com a reorganização espacial da sala, maximizando e optimizando a área disponível, implementação do controlo de acessos e isolamento da área e da sala de comunicações. Com o recurso a materiais nacionais, equipou-se esta sala com novas secretárias e cadeiras para os representantes de cada área de Estado-Maior e

mesa de reuniões, de forma a permitir a realização de videoconferências e briefings, bem como outro equipamento diverso de apoio. Dotou-se também o TOC com novas cartas de situação de operações geral, particular e fotografia aérea da cidade de Cabul, carta de situação de informações, das transmissões e diversos quadros de potenciais de meios, de pessoal e logística. Finalmente foram propostas e aceites diversas *Standing Operating Procedure* (SOP) sobre a constituição, organização e funcionamento do TOC da Divisão que incrementou substancialmente a capacidade de comando e controlo, o que permitiu regular os procedimentos operacionais. Estão em curso outros dois projectos apoiados por Portugal para a criação de uma sala didáctica de informática e de uma sala de conferências.

Um dia típico de mentoria na KCD, começava pelas 8h00, com alguns dos mentores a participarem no *briefing* da manhã (*morning shift briefing*) no TOC. Todos os dias a OMLT deslocava-se para a KCD, excepto às sextas-feiras que correspondia ao fim-de-semana islâmico, em viaturas blindadas (*Hummvee*) reforçada com o pessoal da FP.

A rotina da OMLT na KCD consistia em dois briefings diários no TOC, respectivamente às 8h00 e às 16h30, as aulas de religião às quartas e domingos de manhã e a participação em vários tipos de reuniões: semanal integrada das informações, semanal *Huddle* com todos os mentores e assessores presentes na KCD, semanal sobre instrução e treino, quinzenal de Estado-Maior e/ou de Comando, quinzenal sobre patrulhas conjuntas ISAF/Exército Afegão/Polícia, quinzenal com todos os parceiros na assessoria e mensal para avaliação da mentoria (*assessment*).

No final de cada dia a OMLT reunia-se nas instalações da base NATO em Kaia para partilhar as actividades de todos os mentores, coordenar informação dos diferentes departamentos e estabelecer directivas para os próximos dias. O *briefing* da manhã era uma ótima oportunidade para se avaliar se a informação era verdadeiramente partilhada entre as várias divisões do Estado-Maior da Divisão, conhecer os desenvolvimentos da noite anterior e dar início a planeamentos e/ou operações face às novas ameaças descobertas. O facto de parte dos mentores assistirem às aulas de religião foi um factor extremamente importante para a integração/estreitamento de relações da OMLT com os militares afegãos e uma enorme escola de vida, de tolerância e entendimento para mentores e mentorados. As aulas eram assistidas por mais de 200 soldados e o *Mullah* responsável, Tenente-Coronel no departamento Religioso e Cultural da Divisão, ensinava as regras básicas do Corão. Foi sem dúvida um momento que aumentou a confiança e respeito, mútuo e recíproco.

A reunião das quartas-feiras *Huddle*, contava com a presença de todos os mentores, assessores e instrutores presentes na Divisão das várias nacionalidades. Eram compostos maioritariamente por pessoal oriundo dos EUA, mas também por britânicos, espanhóis, búlgaros, turcos, entre outros, que integravam as *Embedded Training Teams* (ETT), *Contractors*, *Regional Command Centre* (RC-C), *US Joint Task Force Kabul* (JTF-Kabul), *Operational Coordination Centre in Kabul* (centro de operações que juntava o ANA, ANP, NDS, ISAF, UN designado por OCC-K), *Bulgarian Ground Defense Area* (GDA) Coy, *Regional Support Team* (responsáveis pelas obras e benefícios das infra-

estruturas RST), etc.

A OMLT portuguesa liderava esta reunião, que se mostrou ser fundamental para a troca e partilha de informações, para a definição de estratégias de trabalho conjuntas e para assegurar que todos se apresentavam perante os afegãos com uma só voz, coordenada e integrada. A esta acção fundamental de coordenação, a OMLT chamou-lhe *One Team*, que depois foi referido em “fora” nos vários Quartéis Gerais das forças da ISAF, como sendo um conceito de grande importância e foi posteriormente recomendada a sua adaptação por todo o Afeganistão.

Da minha experiência pessoal gostava apenas de recordar que, além das actividades de coordenação inerentes à função de Chefe de Estado-Maior da OMLT, tinha a responsabilidade de mentorar dois Oficiais Gerais da Divisão afegã, o Brigadeiro-General Chefe de Estado-Maior e o Brigadeiro-General Chefe do Departamento Religioso e Cultural. A minha actividade era em tudo idêntica aos restantes mentores da OMLT: com a ajuda de um intérprete, deslocava-me para os respectivos gabinetes e a tarefa fundamental era ouvir e dar todo o apoio necessário. Geralmente recebia pedidos de ajuda, ajudava a resolver problemas, trabalhava num plano, participava em reuniões, etc. Contudo, também trazia mensagens previamente coordenadas entre todos os mentores a aprovadas pelo comandante da OMLT a fim de assegurar que a necessária partilha de informação e trabalho era efectivamente feito em toda a Divisão. No final de cada dia de trabalho os computadores e telemóveis continuavam disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana e, mal se dava um incidente partia-se para o

Portugal está na linha da frente das operações, da doutrina, do planeamento e o seu trabalho tem sido reconhecido a todos os níveis como fundamental e mesmo como exemplo para muitas outras OMLT que trabalham no difícil TO do Afeganistão.

trabalho. O trabalho nunca terminava.

Num texto que se quer breve não há espaço para discriminar todas as actividades desenvolvidas pelos diversos mentores nas áreas respectivas mas, a título de exemplo, apenas gostaria de relevar alguns: os cinco cursos avançados de suporte básico de vida executados pelo médico da OMLT, a oferta e acompanhamento de jogos tradicionais pelo Sargento-mor que tanta visibilidade proporcionou, as aulas de inglês patrocinadas pelos graduados da área de pessoal e que registaram uma enorme adesão, a elaboração cuidada de uma matriz de pesquisa de informações desenvolvida pelo pessoal das informações, os inúmeros planos, ordens e NEP desenvolvidos pelo pessoal das operações e planos, o apertado controlo na distribuição de fardamentos e equipamentos a todos os soldados da Divisão a cargo do pessoal da logística, o estabelecimento de comunicações, internet e transmissão de dados feitos em colaboração com o pessoal das transmissões, as inúmeras obras de engenharia executadas sob supervisão do mentor para a Engenharia, etc. Apenas se refere uma parte pequeníssima da enorme actividade desenvolvida pela OMLT nos cerca de seis meses e meio que esteve no Afeganistão.

A OMLT KCD 01/02 passou o testemunho à OMLT KCD 01/03 na cerimónia da TOA em 12 de Abril de 2010 em *Camp Warehouse*-Cabul, tendo abandonado o TO em 14 de Abril de 2010. Durante as cerimónias do dia da Escola de Tropas Pára-Quedistas e dos Pára-quedistas, 23 de Maio de 2010, a OMLT entregou o Estandarte Nacional constituindo este o último acto oficial desta Força Nacional Destacada. Gostaríamos de concluir esta breve descrição com os seguintes comentários:

- O trabalho das OMLT é um trabalho exponencial, tudo o que fazemos multiplica-se pela acção de centenas, por vezes milhares, de soldados no terreno;
 - A preparação dos militares para esta missão é fundamental pois, uma acção menos própria de um pode arruinar o trabalho de toda uma equipa (felizmente tal não aconteceu na nossa equipa mas fomos testemunhas de exemplos em equipas de outras nações);
 - Portugal tem militares na linha da frente das novas doutrinas da NATO, nas novas tecnologias, práticas e procedimentos e além do inestimável valor da aprendizagem também podemos assim participar activamente na procura de soluções;
 - Este é um projecto de longo prazo e que requer enorme dedicação, grande determinação e paciência para que, no futuro, as Forças Armadas do Afeganistão possam conduzir por si sós a sua missão na defesa do seu povo.
- Portugal está na linha da frente das operações, da doutrina, do planeamento e o seu trabalho tem sido reconhecido a todos os níveis como fundamental e mesmo como exemplo para muitas outras OMLT que trabalham no difícil TO do Afeganistão.

Comunicação efectuada no seminário "Afeganistão, que Futuro?" organizado pelo IDN em 18 de Junho de 2010

Notas

1 *Conduct military operations in the assigned Area of Operations (AOO) to assist Government Islamic Republic of Afghanistan (GIROA) in the establishment and maintenance of a safe and secure environment with full engagement of Afghan National Security Forces (ANSF), in order to extend GIROA authority and influence, thereby facilitating Afghanistan reconstruction and contributing to regional stability.*

2 As áreas de G1 a G6 tinham um oficial e um Sargento (NCO na terminologia inglesa)

3 Sistema de avaliação que determina as capacidades de actuação das unidades afegãs de acordo com o seu grau de autonomia/ dependência de apoios exteriores.

PORTUGAL E AS MISSÕES MILITARES INTERNACIONAIS

GABRIEL AUGUSTO ESPÍRITO SANTO
Ex-chefe de Estado-Maior do Exército e ex-chefe de
Estado-Maior General das Forças Armadas.
General, presidente da direcção da Revista Militar

Permitam-me que aborde o tema que me foi proposto - "Portugal e as missões militares internacionais" - fugindo um pouco à maneira tradicional de o apresentar, descrevendo o tipo de missões, a sua cronologia e os dados estatísticos com elas relacionados, que me parece poderem ser melhor tratados pelos comandantes responsáveis pelo emprego da força militar. Afastado de funções militares há quase dez anos poderiam faltar-me dados que levariam a incorrecções e julgo que me estaria a imiscuir em assuntos que não são da minha responsabilidade.

Seguirei um esquema de apresentação mais relacionado com a condição dos antigos generais. Discutirei questões de fundo que quando ao serviço não tiveram tempo de discutir: como as que se colocam no emprego da força militar organizada em outras missões para além da guerra, com a cultura e a preparação das Forças Armadas Portuguesas para este tipo de missões e com as questões que começam a ser levantadas no presente por essas missões e possível evolução no futuro. Parece-me uma abordagem mais adequada ao tipo de audiência e baseada em experiências vividas na última década do século passado, quando o debate sobre estas questões se iniciou e pessoalmente tive oportunidade de o viver em funções de Representante Permanente de Portugal no Comité Militar da

NATO e na estrutura do Exército e do Estado-Maior General das Forças Armadas. Tendo em consideração esta nota prévia, articularei a minha breve apresentação focando três questões:

- A nova cultura de paz e guerra surgida no início da década de 90 do século passado - que alguns optimistas consideraram promissora de um século XXI inovador no caminho da paz global e da eliminação de causas estruturais de conflitos violentos. Essa nova cultura, resultado imediato do final da bipolarização das relações internacionais que caracterizou o denominado período da Guerra Fria trouxe consequências importantes para a comunidade militar internacional, em especial no mundo atlântico. Tinha desaparecido o inimigo tradicional e a finalidade dos instrumentos militares, concebidos e estruturados em função da ameaça tinha de voltar ao seu *core business*: pensar nas missões para que são concebidos e que têm de cumprir de acordo com os objectivos políticos de quem as controla. A força militar organizada abandonou o conceito de *threat oriented* para retomar o conceito de *mission oriented*.
- A segunda questão relaciona-se com as Forças Armadas Portuguesas e a sua

A força militar organizada abandonou o conceito de *threat oriented* para retomar o conceito de *mission oriented*.

adaptação a esta nova cultura do conflito violento que passa pela prevenção, resolução, estabilização e reconstrução de sociedades frágeis e afectadas. Quais as vantagens e desvantagens que as Forças Armadas portuguesas apresentavam para este novo tipo de missões e como é que o Estado português aproveitou esta oportunidade.

- Finalmente, e tendo em conta uma grande diversidade de factos recentes relacionados com a actuação da força militar organizada em missões de paz e as questões que estão a levantar no seio das decisões políticas e das opiniões públicas, parece-me oportuno e coerente a reflexão sobre a utilização das Forças Armadas em missões de reconstrução de sociedades e as crescentes e diferentes dúvidas sobre essa utilização.

No início da década de 90 do século passado o panorama estratégico militar global viu-se confrontado com factos que alguns analistas relacionam com os efeitos imediatos do desaparecimento da União Soviética e do Pacto de Varsóvia e os efeitos retardados das descolonizações que a Guerra Fria tinha adormecido. A perspectiva de paz voltava ao mundo euro-atlântico mas outros conflitos reacendiam-se no globo, voltando a causas estruturais como fronteiras mal resolvidas no passado, renascimento de nacionalismos e

tentativas de resolução de conflitos étnicos persistentes. A maioria desses conflitos era designada por conflitos internos, já que se processavam dentro de Estados. Dos 82 conflitos armados que ocorreram entre 1989 e 1992 somente três se deram entre Estados. A Europa Central e de Leste cotou-se como uma grande zona de potencial instabilidade e conflitualidade. Dos 18 conflitos que eclodiram na Europa entre 1989 e 1993, 15 registaram-se nos territórios da ex-União Soviética e da antiga Jugoslávia.

Numa tentativa de não agravar a paz global, regressou-se à ONU, que embora concebida para a resolução de conflitos interestatais se viu confrontada com a necessidade de gerir este tipo de conflitualidade. Como escreveu o professor Adriano Moreira “talvez porque era a única fonte de legitimidade sobrevivente para basear uma nova resposta aos conflitos que se multiplicavam um pouco por toda a parte”. Iniciava-se uma nova fase das Nações Unidas na manutenção da paz global e nos variados protagonismos que assumira sobre o assunto, desde a sua fundação em 1945. A Organização e o seu Conselho de Segurança, paralisados durante o período da Guerra Fria pelo princípio maquiavélico do veto, que chegou a atingir o número de 279, tinham desenvolvido em cerca de 45 anos de

existência, 14 operações relacionadas com a segurança colectiva e de apoio a iniciativas visando a paz. A força materializava-se pelo capacete azul e o binóculo de observação e a única missão que utilizou a força militar organizada, entre 1956 e 1967, foi a *United Nations Emergency Force* (UNEF-I), implementada com a finalidade de separar as forças egípcias e israelitas no Sinai, consequência da crise do Suez em 1956. E foi esta missão, e o entendimento que o então secretário-geral da Organização General Dag Hammarskjöld lhe atribuiu, que abriram o caminho para as *peace keeping operations* e para uma nova cultura de paz que se estabeleceu na comunidade internacional e que alguns apelidam de “paz liberal”. A deterioração do ambiente estratégico internacional, o impulso dado pelos Estados Unidos ao papel das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança na sua responsabilidade para a procura de soluções, o relativo sucesso obtido com a intervenção de uma coligação de Nações no conflito do Golfo, em 1991, e a personalidade do secretário-geral da Organização, Boutros Boutros-Ghali com a sua Agenda para a Paz, de 1992, e seus suplementos, trouxeram novos dados sobre os conceitos de paz e guerra e o papel da força militar nas funções de diplomacia preventiva, do

O conflito na Jugoslávia, com a sua violência, obrigou a operações militares de imposição de paz, com capacidades que a comunidade europeia não possuía e que obrigaram a ONU a recorrer às capacidades militares da NATO.

estabelecimento da paz, da manutenção da paz, da consolidação da paz e, em especial, da imposição da paz.

A comunidade política e académica reagiu a este novo conceito com relativo optimismo. Na Assembleia Geral das Nações Unidas continuou a debater-se o conceito da utilização da força para a imposição da paz, com as suas Resoluções enfatizando os princípios do Capítulo VI da Carta e com sérias relutâncias aos princípios do Capítulo VII - o que se traduziu na maioria das vezes na fixação de Resoluções, no âmbito do denominado Capítulo "seis e meio". No mundo académico começaram a proliferar os Centros sobre o Conflito e a sua prevenção e resolução.

A comunidade militar internacional também reagiu com relativo optimismo a este novo tipo de missões. Voltava-se ao exercício da função que justificava a existência. Alguns Estados neutrais da Europa e outros tinham prática das missões de observação, assim como algumas nações da América do Sul, da Ásia e de África. Passar do binóculo à espingarda é que começava a levantar objecções. Também a ONU ia fazendo apelos às Organizações Regionais de Cooperação e Segurança, especialmente a OSCE e a Comunidade Europeia, nascente para as suas capacidades no âmbito da diplomacia preventiva e de bons ofícios para o restabelecimento da paz.

O conflito na Jugoslávia, com a sua violência, obrigou a operações militares de imposição de paz, com capacidades que a comunidade europeia não possuía e que obrigaram a ONU a recorrer às capacidades militares da NATO. Foi tarefa demorada e difícil estabelecer os canais de comunicação e definir princípios de constituição, comando e controlo da força, regras de empenhamento para assegurar a protecção da força, logística para a apoiar e repartição de custos para a sustentar no tempo. Questões não menores para as negociações internacionais, difíceis e onde colidem interesses e tabus, mas que não cabem nesta intervenção. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, e outros que se lhe seguiram, colocaram em evidência o terrorismo internacional e as suas consequências para a segurança colectiva. Por iniciativa de secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, foi constituído um painel de alto nível para analisar as ameaças, desafios e mudanças necessárias que o novo ambiente estratégico global colocava à segurança colectiva. O seu relatório, publicado em 2005, sobre o título de *Um Mundo mais Seguro: a nossa Responsabilidade Partilhada*, representa a visão das Nações Unidas sobre a legalidade da utilização da força militar nos conflitos, como entendida no art.º 51.º da Carta e alguns esclarecimentos sobre a utilização da força nos termos do Capítulo VII. Afirmando que não há necessidade de reescrever o art.º 51.º, quando

da autorização da força militar, nos termos do Capítulo VII, o Conselho de Segurança, independentemente de outras considerações, deve observar sempre cinco princípios: a gravidade da ameaça; a finalidade da força; o seu uso representar o último recurso; utilizar meios proporcionais à ameaça; e, por último, avaliação das consequências.

As intervenções militares sob a égide das Nações Unidas, no amplo leque de missões que cobre o espectro das missões humanitárias às tentativas de imposição de paz têm prosseguido. De 1990 até ao tempo actual contam-se por cerca de 50 e decorrem actualmente 16 missões desse tipo, sob responsabilidade directa da Organização ou de organizações regionais, distribuídas pelo continente africano (7), Américas (1), Ásia e Pacífico (3), Europa (2) e Médio Oriente (3). Com interrogações das opiniões públicas sobre o dever de ajudar e o direito de intervir, com dúvidas sobre se é mais importante controlar o petróleo do Iraque, eliminar o genocídio na Somália ou continuar a procurar personagens messiânicas no Afeganistão, a força militar continua a cumprir a sua missão. Mas as interrogações crescem e os comandantes vão sendo demitidos, responsabilizados por não cumprimento de missões que são mal definidas e que nem sempre observaram, antes de iniciadas, aqueles princípios básicos que orientam a necessidade e oportunidade da utilização da força.

As Forças Armadas portuguesas, com as suas componentes naval e terrestre, atravessaram o século XIX e grande parte do século XX, orientadas por um conceito estratégico de emprego que previa a sua utilização na defesa do território nacional, no continente europeu e a protecção das possessões de além-mar.

As Forças Armadas Portuguesas, com as suas componentes naval e terrestre, atravessaram o século XIX e grande parte do século XX, orientadas por um conceito estratégico de emprego que previa a sua utilização na defesa do território nacional, no continente europeu e a protecção das possessões de além-mar. Sem constituir uma força militar permanente, as necessidades militares em tempo de crise, com alguma excepção para a Marinha que manteve em permanência uma esquadra de navios em número variável, foram encontradas pelo recurso à mobilização. Mobilização pelo recurso ao voluntariado até à implantação da República e depois, com o estabelecimento do serviço militar geral e obrigatório para cidadãos masculinos, pela mobilização obrigatória. Portugal mobilizou forças militares durante as 1ª e 2ª Grandes Guerras, assumiu os seus compromissos militares perante a Aliança Atlântica mantendo forças mínimas que cresceriam por mobilização e durante as últimas campanhas do Império, para a Índia e África, durante 14 anos mobilizou cerca de 800 mil cidadãos que serviram em comissões de dois anos na Marinha, no Exército e na Força Aérea. Depois das lutas liberais, uma das características do esforço militar português é ter sido levado a efeito fora das fronteiras do espaço continental do território nacional. Com a mudança do regime constitucional e o final do Império, em 1974-75, as Forças Armadas iniciaram um rápido e profundo

processo de transformação, que se materializou numa substancial redução de efectivos, numa progressiva alienação de infra-estruturas - por exemplo, entre 1975 e 1991, o Exército alienou cerca de 120 edifícios militares sem qualquer contra partida - e numa rápida adaptação da sua instrução e treino para os padrões da NATO. Os compromissos de Portugal para a estrutura militar integrada da Aliança foram profundamente revistos e a modernização de meios começou na Marinha com novos navios de superfície, no Exército com o levantamento e aprontamento da 1ª Brigada Mista Independente e na Força Aérea com novos meios de transporte e de combate aéreo.

Em 1982, e após um período de transição, as Forças Armadas portuguesas tinham definidas as suas missões na Constituição da República, numa Lei da Defesa Nacional e numa Lei Orgânica de Bases da sua Organização. Nada impedia constitucional ou legalmente que as Forças Armadas participassem em missões do interesse do Estado português fora do espaço nacional, ainda que a Revisão Constitucional de 1997, acrescentando o parágrafo 5.º ao art.º 275.º da Constituição da República, viesse clarificar a situação.

Portugal inicia um rápido e profundo envolvimento internacional, com a sua adesão às Comunidades Europeias e empenhamento nos processos de paz em territórios sob sua antiga administração, nomeadamente Moçambique e

Angola, que mereceram especial atenção da Organização das Nações Unidas. Na Europa foi revitalizada a União Europeia Ocidental e iniciou-se um processo rápido para uma identidade europeia de segurança que iria terminar pela adopção da Política Europeia de Segurança e Defesa, com as suas estruturas organizativas, incluindo a militar. A Aliança Atlântica, em 1991, adopta um novo Conceito Estratégico, permitindo que a sua estrutura militar integrada e a sua estrutura de forças fossem postas à disposição das Nações Unidas e de Resoluções do seu Conselho de Segurança. Para resposta a este novo enquadramento internacional, Portugal e as suas Forças Armadas iniciam um processo de modificação do seu Conceito Estratégico no qual assume importância o emprego das Forças Armadas, que abandonando o conceito de mobilização teria de passar por um Sistema de Forças permanente e correspondente dispositivo que assegurasse respostas credíveis a solicitações. O pessoal para servir esse Sistema de Forças, ficaria decidido que deveria ser constituído por Quadros Permanentes e pessoal voluntário servindo em regime de contrato. As capacidades militares desse Sistema de Forças foram debatidas ao longo do tempo, com indefinições políticas e com resistências corporativas dos ramos das Forças Armadas. Portugal, e as suas Forças Armadas, não tinham grande experiência de missões no âmbito das Nações Unidas. Em 1958 tínhamos integrado

No início da década de 90 do século passado a comunidade internacional, especialmente no âmbito da NATO e da UE, apercebeu-se que Portugal e as suas Forças Armadas traziam dados importantes para a avaliação das situações.

uma missão de observação no Líbano (UNOGIL). Mas no início da década de 90 do século passado, quando as necessidades mudaram de natureza, os participantes nacionais em reuniões internacionais no âmbito da ONU, NATO, UE ou OSCE, começaram a emitir as suas opiniões e foi com rapidez que a comunidade internacional, especialmente no âmbito da NATO e da UE, se apercebeu que Portugal e as suas Forças Armadas traziam dados importantes para a avaliação das situações. Possuíam Quadros Permanentes com experiência recente de combate em conflitos assimétricos e que alguns designam de baixa intensidade, o que não acontecia com a maioria dos outros Estados participantes. Tinham desempenhado missões que visavam particularmente a protecção de populações e dos seus recursos, em territórios que conheciam bem e com uma logística notável de improvisação e baixos custos. Tinham experiência da cooperação civil-militar e da sua importância na prevenção e resolução de conflitos do tipo insurreição. Claro que no âmbito da ONU havia muitos preconceitos quanto a Portugal, especialmente pelo seu passado de potência colonial. Mas isso começou a melhorar depois de uma missão portuguesa, constituída por 25 civis e militares, ter participado na UNTAG (*United Nations Transition Assistance Group*) no processo de supervisão eleitoral na Namíbia, em 1989. Algumas publicações, notáveis pelo seu rigor,

relatam com precisão o historial e as estatísticas, em efectivos empenhados e custos, o que tem sido a contribuição de Portugal e das Forças Armadas portuguesas para a procura da paz e assistência humanitária sob a égide das Nações Unidas directamente ou por intermédio das organizações regionais. Para quem tiver curiosidade em conhecer os seus pormenores recomendo o livro da autoria do director deste Instituto, major-general Rodrigues Viana, com o título *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz* editado pelo Instituto da Defesa Nacional. As missões desempenhadas e em curso representam para as Forças Armadas um enorme contributo para a sua motivação e treino. Avaliadas permanentemente pelo comando, das lições aprendidas têm resultado benefícios. Portugal tem-se prestigiado internacionalmente assim como

as suas Forças Armadas. Naturalmente que têm resultado custos para a Nação. Em vidas humanas, que embora com perdas reduzidas, significam sempre vidas, que lamentamos e recordamos com pesar. Em custos materiais e financeiros. Em material que não tem sido regenerado ao nível desejável. Em custos que na década de 90 - só dispondo de dados enquanto desempenhei funções - de 1994, com a ONUMOZ, até 2000, com a Missão em Timor, totalizaram 60 milhões e 873 mil contos (em moeda da época). Muito? Pouco? Devemos também analisar os resultados conseguidos.

Numa outra perspectiva, e de acordo com um estudo recente dos professores Luís Salgado de Matos e Mário Bacalhau,¹ a opinião pública portuguesa é favorável à participação das suas Forças Armadas em missões internacionais de paz. Dos inquiridos, 83% consideram que o prestígio internacional aumenta com a participação nessas missões, 78% acreditam que a eficácia da força militar nacional é aumentada e 66% consideram que, com essas missões, são defendidos os interesses de Portugal.

Finalmente, gostaria de apresentar algumas questões para reflexão e que se relacionam com o emprego da força militar em operações de apoio à paz e que para algum do debate internacional em sociedades democráticas se coloca num tema designado pela segunda fase

Havia tentações de produzir forças menos treinadas e, no fim, mais baratas. O argumento de peso foi de que a transição de uma força militar bem instruída e treinada para actuar em conflitos assimétricos é fácil, mas que o caminho contrário é difícil.

Para as Forças Armadas portuguesas o assunto foi de rápida solução. Tinha-se experiência e doutrina estabelecida sobre o assunto, como o *Manual do Exército para a Guerra Subversiva*, que saiu das prateleiras e foi rapidamente estudado e adaptado.

das relações civis-militares no Estado. Entendidas essas relações no sentido tradicional, ou de uma primeira fase, iniciada com a construção do Estado moderno no século XVII, a força militar é uma Instituição do Estado que cumpre os objectivos que lhe forem fixados pelo poder e a sua actuação deve ser sempre controlada por esse poder. Os objectivos fixados obedecerão ao interesse nacional escrutinado pelos representantes da Nação nos seus órgãos constitucionais.

A segunda fase dessas relações iniciava-se com o novo conceito de paz implementado pelas Nações Unidas nesta sua nova preocupação com a segurança colectiva e que começou por levantar uma questão na comunidade internacional: a força militar a utilizar nestas novas missões para além da guerra deveria ser diferente e adaptada para estas novas missões? A esta questão a que o conselho militar, quase com unanimidade no mundo euro-atlântico, respondeu afirmando que a força militar bem instruída e treinada poderia, com rapidez e ligeiras adaptações, responder às novas missões. Havia tentações de produzir forças menos treinadas e, no fim, mais baratas. O argumento de peso foi de que a transição de uma força militar bem instruída e treinada para actuar em conflitos assimétricos é fácil, mas que o caminho contrário é difícil.

Algumas questões ficavam em aberto, como a utilização da força militar em missões policiais e

similares para que não estava treinada nem estavam incluídas no seu espírito de actuação. Encontrou-se a solução recorrendo a Unidades Militares Especiais, do tipo forças militarizadas como o Corpo de Tropas da Guarda Nacional Republicana, em Portugal, que foi evoluindo para forças policiais, como a EUPol, capaz de desempenhar essas missões.

Para as Forças Armadas portuguesas o assunto foi de rápida solução. Tinha-se experiência e doutrina estabelecida sobre o assunto, como o *Manual do Exército para a Guerra Subversiva*, que saiu das prateleiras e foi rapidamente estudado e adaptado.

A evolução no tempo e na natureza das operações de paz obrigaram a rever doutrinas passadas de actuação da força militar em conflitos e a experiência recente como o conflito no Afeganistão levou ao desenvolvimento de doutrina de actuação das Forças Armadas em conflitos do tipo contra-insurreição, que hoje dominam o pensamento militar, com relevo para os EUA, e que podem constituir má herança para o futuro. Dizia Napoleão que a doutrina de emprego da força militar muda de dez em dez anos, e será perigoso pensar que as capacidades militares da força militar organizada devem continuar no futuro a ser moldadas pelos conflitos actuais. As capacidades da força militar devem continuar a ser configuradas para exercerem a missão para que foram concebidas: combater e morrer, se

necessário, para defesa dos interesses nacionais. Missões de paz ou do interesse público são uma nova fase das relações civis-militares no Estado, mas não justificam a instituição militar que tem de continuar a reger-se pelo dever de defender.

Uma segunda questão relacionou-se com a constituição da força, o seu mandato, e as regras de empenhamento que deverá utilizar face a acções hostis de um oponente. As Nações Unidas tinham alguma experiência de capacetes azuis, mas não de constituição de força. O Conselho de Chefes de Estado-Maior dos membros do Conselho de Segurança nunca foi implementado. A multinacionalidade na constituição da força obedecia a interesses declarados e ocultos, difíceis de ultrapassar. A ONU decidiu recorrer a organizações regionais de defesa como a NATO, que oferecia garantias de doutrina de emprego, organização e geração de força militar. O conflito no Afeganistão, com o seu sucesso ou insucesso, não trará só consequências para a NATO. Se uma placa ficar a assinalar o "aqui jaz" terá inscrito ONU e NATO.

Uma terceira questão, relaciona-se com o emprego da força militar em funções que até agora eram consideradas de natureza civil, que são as funções relacionadas com a boa governação e a reconstrução de sociedades afectadas por conflitos internos. É missão das Forças Armadas treinar forças policiais?

Missões de paz ou do interesse público são uma nova fase das relações civis-militares no Estado, mas não justificam a instituição militar, que tem de continuar a reger-se pelo dever de defender.

É missão das Forças Armadas integrarem Equipas de Reconstrução, a par das ONG e empresas privadas de segurança e de outra natureza? É missão das Forças Armadas prenderem, interrogarem e torturarem indivíduos que não possuem o estatuto de beligerantes? Estas interrogações em algumas democracias europeias estão a levantar a questão da terceira fase das relações civis-militares no Estado. Será que a Instituição Militar do Estado está a desempenhar a sua missão ou a ultrapassar essa missão? Assistimos a um movimento de alguns Estados retirarem as suas Forças Armadas do conflito do Afeganistão. Não se crie a ideia de que é só por receio de haver mortos que afecta a imagem dos governos e levanta questões nas opiniões públicas. Estão em causa outras questões.

E quando se discute o Novo Conceito Estratégico da NATO, como é intenção deste seminário, mantendo a Aliança na sua finalidade, valerá a pena pensar se não devemos voltar ao conceito do seu fundamento e do papel das Forças Armadas na Aliança, que foi a defesa colectiva que parece ainda merecer o consenso das opiniões públicas. Citando um romancista famoso "Se queremos ficar como estamos, é preciso mudar tudo".

Acreditamos que o cometimento das Forças Armadas portuguesas aos seus compromissos internacionais, no âmbito da NATO, da UE, da ONU e da CPLP trazem prestígio para Portugal,

razão de ser para a sua existência e melhoria para as suas capacidades militares. Devemos continuar como estamos. Mas para isso algumas mudanças são necessárias. Em primeiro lugar as relações civis-militares no âmbito do Estado. Algo terá de ser melhorado para o prestígio da Instituição Militar e sua maior ligação à Nação, que se perdeu com o final do Serviço Militar Obrigatório e a presença do dispositivo militar no território. Tem de haver alguma inovação para se encontrarem os recursos humanos necessários ao funcionamento e operacionalidade das Forças Armadas. Os que existem ainda não atingiram o mínimo estrutural definido e estão a ficar envelhecidos. Temos de encontrar forma de dispor atempadamente de capacidades militares que vamos perdendo por falta de regeneração de armamentos e equipamentos que são necessidade nacional.

Comunicação efectuada no seminário realizado em 10 de Setembro de 2010, no IDN, subordinado ao tema "O Futuro da Comunidade Transatlântica".

Notas

1 Matos, Luís Salgado de, e Bacalhau, Mário *As Forças Armadas em Tempo de Mudança*, IDN, 2001, p. 120